

UNIVERSIDADE CATOLICA DE MOÇAMBIQUE

Instituto de Ensino a Distância – Tete

Democracia nas Sociedades Contemporâneas

Sozinho Macaizo Vilanculos

Código: 708221718

Tete, Março, 2025

Folha de feedback

Categorias	Indicadores	Padrões	Classificação		
			Pontuação máxima	Nota do tutor	Subtotal
Estrutura	Aspectos organizacionais	Índice	0.5		
		Introdução	0.5		
		Discussão	0.5		
		Conclusão	0.5		
		Bibliografia	0.5		
Conteúdo	Introdução	Contextualização (indicação clara do problema)	2.0		
		Descrição dos objectivos	1.0		
		Metodologia adequada ao objecto do trabalho	2.0		
	Análise e discussão	Articulação e domínio do discurso académico (expressão escrita cuidada, coerência/coesão textual)	3.0		
		Revisão bibliográfica nacional e internacional relevante na área de estudo	2.0		
		Exploração de dados	2.5		
	Conclusão	Contributos teóricos e práticos	2.0		
Aspectos gerais	Formatação	Paginação, tipo e tamanho de letra, paragrafo, espaçamento entre as linhas	1.0		
Referências bibliográficas	Normas APA 6ª edição em citações e bibliografia	Rigor e coerência das citações/referencias bibliográficas	2.0		

Índice

CAPÍTULO I.....	1
1.1 Introdução.....	1
1.1.1 Objectivo geral:	1
1.1.2 Objectivos específicos:.....	1
1.1.3 Metodologia	1
CAPÍTULO II: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	2
2.1 Democracia nas Sociedades Contemporâneas	2
2.1.1 Caracterização da Democracia	2
2.2 Importância da Democracia nas Sociedades Atuais.....	2
2.3 Contextualização da Democracia Moçambicana	4
2.4 Comparação entre a Democracia Moçambicana e as Democracias de Outros Países	6
2.5 Desafios da Democracia Moçambicana	7
2.5.1 Desigualdade Económica e Social	7
2.5.2 Centralização do Poder e Fragilidade Institucional.....	7
2.5.3 Corrupção e Governança.....	8
2.5.4 Oposição Política e Pluralismo	8
2.6 Possíveis Caminhos para o Fortalecimento da Democracia Moçambicana.....	9
CAPÍTULO III	11
3.1 Considerações finais.....	11
Referências bibliográficas	12

CAPÍTULO I

1.1 Introdução

Neste presente trabalho vamos debruçar sobre a democracia nas sociedades contemporâneas, abordando suas características, importância e desafios em diferentes contextos políticos. A democracia, enquanto um regime de governo fundamentado na soberania popular e na participação ativa dos cidadãos, tem se configurado como um dos pilares das sociedades modernas. A análise se centrará na democracia moçambicana, contextualizando-a historicamente e comparando-a com outras democracias, como a dos Estados Unidos e Portugal. A reflexão sobre os desafios enfrentados pela democracia em Moçambique, como a desigualdade social, a centralização do poder e a fragilidade institucional, permitirá uma compreensão mais ampla das complexidades e das dificuldades que o país enfrenta na consolidação de um sistema democrático robusto.

1.1.1 Objectivo geral:

- Compreender a democracia nas sociedades contemporâneas, com foco na realidade moçambicana e seus desafios.

1.1.2 Objectivos específicos:

- Caracterizar a democracia nas sociedades contemporâneas;
- Descrever a importância da democracia na actualidade;
- Contextualizar a democracia moçambicana;
- Comparar a democracia moçambicana com outras democracias;
- Identificar os principais desafios da democracia em Moçambique.

1.1.3 Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise documental e revisão bibliográfica. Foram consultadas obras acadêmicas, artigos e fontes especializadas para explorar a teoria da democracia, o contexto histórico e político de Moçambique, além de comparações com outras democracias contemporâneas. A análise busca identificar os principais desafios da democracia moçambicana, considerando sua evolução e características, e realizar uma reflexão crítica a partir da comparação com democracias como as dos Estados Unidos e Portugal.

CAPÍTULO II: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Democracia nas Sociedades Contemporâneas

A democracia é um dos pilares fundamentais das sociedades modernas, refletindo-se nas diversas formas de governo que adotam o princípio da soberania popular e do direito à participação política. Portanto, vamos abordar a democracia nas sociedades contemporâneas, com foco especial na democracia moçambicana, e analisar como ela se relaciona com as democracias de outros países, como os Estados Unidos e Portugal.

2.1.1 Caracterização da Democracia

A democracia, em sua definição clássica, pode ser entendida como um regime político em que o poder é exercido pelo povo, seja de forma direta, seja por meio de representantes eleitos. Segundo Schumpeter (2003), a democracia moderna é essencialmente um método para a escolha dos governantes, caracterizando-se pela competição política, a liberdade de expressão e a igualdade de votos. Habermas (2001) complementa essa visão ao destacar que a democracia também envolve uma esfera pública onde os cidadãos podem discutir e deliberar sobre assuntos de interesse comum.

Além disso, a democracia não se limita à simples escolha de representantes, mas também abrange o respeito aos direitos humanos, à independência dos poderes do Estado e à garantia de liberdades fundamentais. A democracia, portanto, é uma construção social e política complexa, que visa promover a justiça, a liberdade e a igualdade (Dahl, 1998).

2.2 Importância da Democracia nas Sociedades Atuais

A democracia, nas sociedades contemporâneas, desempenha um papel central não apenas no funcionamento político, mas também no fortalecimento da coesão social e na promoção da justiça social. Przeworski (1999) destaca que um dos maiores benefícios da democracia é sua capacidade de fornecer uma plataforma para a resolução pacífica de conflitos. Em contextos onde diferentes grupos sociais, étnicos ou religiosos podem ter interesses opostos, a democracia oferece mecanismos institucionais que permitem a negociação e a mediação desses conflitos de maneira civilizada e dentro dos limites da lei. Esse processo de diálogo contínuo e a busca por consenso são fundamentais para manter a estabilidade social e evitar a escalada de tensões que poderiam resultar em violência ou autoritarismo.

Além disso, em um mundo globalizado, a democracia tem se mostrado crucial para a promoção dos direitos humanos e para a cooperação internacional. Em tempos de crescente interdependência econômica, política e cultural, as democracias têm mais capacidade de formar alianças duradouras e eficazes, baseadas no respeito mútuo e na defesa de valores compartilhados, como os direitos civis, a justiça social e a liberdade. A democracia também cria condições para uma maior participação da sociedade civil no processo de decisão sobre questões globais, o que contribui para uma governança mais inclusiva e representativa. A promoção de uma governança democrática em nível global, com o fortalecimento de organizações internacionais que respeitem a soberania dos países, tem sido um dos pilares para a resolução de problemas globais, como as mudanças climáticas, a paz e a segurança internacional, e a redução das desigualdades sociais.

Em momentos de crise, quando há polarização política e desconfiança nas instituições, a democracia se torna ainda mais essencial para garantir a paz social e a estabilidade política. Como argumenta Held (2006), a democracia não é apenas um sistema de governança, mas um processo contínuo de participação ativa dos cidadãos, no qual as diferentes vozes e perspectivas são consideradas nas decisões políticas. Quando os cidadãos se sentem ouvidos e envolvidos, isso fortalece o compromisso com o sistema democrático e reduz a probabilidade de conflitos internos. Em sociedades profundamente polarizadas, onde diferentes grupos podem se sentir marginalizados ou excluídos do processo de decisão, a democracia oferece os mecanismos necessários para que todos os grupos tenham a oportunidade de se expressar, equilibrando os interesses e promovendo o entendimento mútuo.

Além disso, a democracia contribui para o desenvolvimento social ao garantir a transparência e a prestação de contas no governo, incentivando a eficiência na administração pública e a responsabilidade dos governantes. Um governo democrático é mais suscetível a ser monitorado e questionado por uma sociedade ativa, o que diminui a probabilidade de abusos de poder e favorece políticas públicas que atendam às necessidades da população. O desenvolvimento econômico também é favorecido em democracias, pois elas geralmente criam ambientes mais estáveis e previsíveis, que atraem investimentos e permitem o desenvolvimento de políticas inclusivas que buscam reduzir as desigualdades sociais e econômicas.

Portanto, em um mundo de desafios complexos e dinâmicos, a democracia se configura como um elemento indispensável para garantir a paz, a justiça e o bem-estar social. Ela possibilita a convivência pacífica, promove a inclusão de todos os grupos sociais e cria

condições para o desenvolvimento sustentável e equilibrado das nações. Em sociedades contemporâneas, sua importância se reflete na capacidade de adaptação às mudanças e na promoção de uma governança que leve em consideração as necessidades e direitos de todos os cidadãos, sem exceção.

2.3 Contextualização da Democracia Moçambicana

A trajetória da democracia em Moçambique é profundamente influenciada pelo contexto histórico que precedeu a independência, em 1975, e pelos eventos que se seguiram. Após décadas de luta pela independência contra o domínio colonial português, Moçambique passou a enfrentar desafios internos significativos, principalmente em função da Guerra Civil que se estendeu até 1992. A guerra entre a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), que se tornou o partido governante após a independência, e a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), que se opôs ao regime, deixou cicatrizes profundas na sociedade moçambicana, afetando o processo de construção do Estado e dificultando a implantação de um sistema democrático.

A assinatura dos Acordos de Paz de Roma em 1992 foi um marco fundamental na história do país, pois não apenas pôs fim à guerra civil, mas também abriu as portas para uma transição política que permitiria a instauração de um sistema multipartidário. A Constituição de 1990 e a reforma política estabelecida ao longo da década de 1990 foram instrumentos essenciais para a criação de uma democracia representativa e pluralista, com base no princípio da alternância de poder, o que implicava a organização de eleições livres e justas. As primeiras eleições multipartidárias, realizadas em 1994, foram um teste crucial para a democracia moçambicana, resultando na reeleição de Joaquim Chissano à presidência e consolidando a estrutura democrática no país.

Entretanto, a democracia moçambicana ainda enfrenta desafios profundos que limitam sua eficácia e a capacidade de promover uma governança plenamente inclusiva e justa. Um dos maiores obstáculos é a concentração de poder nas mãos do partido dominante, a FRELIMO. A centralização política tem dificultado a alternância de poder e a competição política, essencial para um sistema democrático robusto. A partir da independência, a FRELIMO consolidou uma posição hegemônica no cenário político e, ao longo dos anos, conseguiu reforçar sua influência nas instituições do Estado, o que tem gerado preocupações sobre a real autonomia do sistema político e a imparcialidade das eleições.

A corrupção é outro grande desafio enfrentado pela democracia em Moçambique. A falta de transparência no uso dos recursos públicos e os casos recorrentes de desvio de fundos públicos têm prejudicado a confiança da população nas instituições democráticas e minado a qualidade da governança. Como ressaltado por Chingono (2018), a corrupção sistêmica não apenas enfraquece a democracia, mas também alimenta a desigualdade social e impede a implementação de políticas públicas que poderiam promover o bem-estar de toda a população, especialmente das camadas mais desfavorecidas.

A desigualdade social, aliada à pobreza em muitas regiões do país, é outro fator que limita a plena participação dos cidadãos no processo democrático. A falta de acesso à educação, à saúde, à infraestrutura básica e à informação dificulta a formação de uma cidadania ativa, essencial para o funcionamento de um sistema democrático. Muitas áreas rurais ainda vivem à margem do processo político, o que impede que a democracia se enraíze de forma eficaz em todo o território nacional.

Além disso, a falta de um sistema eleitoral transparente e a exclusão de alternativas políticas de relevância dificultam o pluralismo político e a efetiva representação dos diferentes grupos sociais. As eleições, embora regularmente realizadas, são frequentemente marcadas por denúncias de fraude e manipulação, o que reduz a confiança da população nos processos eleitorais. Em diversos momentos, a falta de diálogo e de consenso entre as principais forças políticas tem gerado um ambiente de tensões, no qual a oposição se sente marginalizada e a democracia, muitas vezes, se vê comprometida.

Portanto, embora Moçambique tenha dado passos significativos rumo à democracia desde os Acordos de Paz de Roma e a adoção de um sistema multipartidário, a trajetória do país ainda é marcada por obstáculos que dificultam a consolidação de uma democracia plena. A centralização do poder, a corrupção, a desigualdade social e as limitações na participação política ainda são questões centrais que precisam ser resolvidas para garantir um futuro democrático mais inclusivo, transparente e equitativo. A construção de uma democracia verdadeira em Moçambique exige um esforço contínuo de fortalecimento das instituições, combate à corrupção, promoção de maior transparência nos processos eleitorais e, principalmente, a criação de condições que permitam a inclusão ativa de todos os cidadãos no processo político.

2.4 Comparação entre a Democracia Moçambicana e as Democracias de Outros Países

A democracia moçambicana com as de outros países, como os Estados Unidos e Portugal, notam-se semelhanças e diferenças marcantes em diversos aspectos. Nos Estados Unidos, a democracia é consolidada há mais de 200 anos, com um sistema federal que promove a autonomia dos estados, além de uma separação clara entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Esse modelo garante um equilíbrio de forças, essencial para a estabilidade política. A liberdade de imprensa e o direito de manifestação são pilares fundamentais do sistema político norte-americano, e o processo eleitoral, apesar de suas controvérsias, tem como base uma longa tradição de participação popular e transparência (Lipset, 1994).

Em Portugal, a transição democrática ocorreu de maneira relativamente rápida após a Revolução dos Cravos de 1974, que pôs fim a uma ditadura de décadas e inaugurou uma nova era de liberdade política e direitos civis. O sistema político português, estabelecido com a Constituição de 1976, é baseado em uma democracia representativa e pluralista, com garantias constitucionais que asseguram direitos fundamentais e a liberdade de expressão. A integração de Portugal na União Europeia também desempenhou um papel importante na estabilização das suas instituições democráticas, promovendo reformas políticas e econômicas que fortaleceram a governança no país (Saraiva, 2015).

Por outro lado, Moçambique, após a sua independência em 1975, enfrentou desafios próprios relacionados à construção do Estado democrático. A democracia moçambicana começou a se consolidar com a Constituição de 1990 e os Acordos de Paz de Roma em 1992, que puseram fim à guerra civil e estabeleceram o multipartidarismo. No entanto, apesar dos avanços, o país ainda enfrenta dificuldades significativas. A centralização do poder, a falta de transparência nos processos eleitorais, a corrupção e a fragilidade das instituições políticas dificultam a plena consolidação da democracia em Moçambique. A transição política moçambicana é mais recente e, ao contrário de Portugal, ainda está em um processo de maturação, com desafios econômicos e sociais que impactam diretamente na participação cidadã e na estabilidade institucional.

Essas comparações evidenciam que, enquanto a democracia nos Estados Unidos e em Portugal se encontra em um estágio mais avançado de consolidação e institucionalização, Moçambique ainda trabalha para superar obstáculos históricos e sociopolíticos. A democracia moçambicana precisa lidar com questões estruturais, como a desigualdade social e a fragilidade

do sistema de justiça, que dificultam a plena implementação de um sistema democrático funcional e inclusivo.

2.5 Desafios da Democracia Moçambicana

A democracia moçambicana, embora tenha conquistado importantes marcos desde a independência, ainda enfrenta uma série de desafios que dificultam a plena consolidação de um sistema democrático funcional e inclusivo. A persistente desigualdade econômica e social, a centralização do poder, a fragilidade institucional, a corrupção e a limitação da oposição política são os principais obstáculos que comprometem o desenvolvimento democrático no país. Estes problemas não só afetam a legitimidade das instituições democráticas, como também dificultam a participação ativa da população nos processos políticos.

2.5.1 Desigualdade Econômica e Social

A desigualdade econômica e social é uma das maiores barreiras à plena participação cidadã em Moçambique. A pobreza extrema e as grandes disparidades regionais criam um cenário no qual grande parte da população não possui as condições mínimas para exercer sua cidadania de forma efetiva. Nas áreas rurais, especialmente, a falta de acesso à educação, à informação e a serviços básicos limita ainda mais o envolvimento das pessoas nas questões políticas do país (Rogers, 2016). A exclusão econômica e social de vastos setores da população contribui para um ambiente em que as decisões políticas são influenciadas apenas por uma parte da sociedade, minando a representatividade e a legitimidade das instituições democráticas. A falta de inclusão nos processos eleitorais e nas discussões políticas reduz a qualidade do sistema democrático e impede que as políticas públicas atendam às reais necessidades da população.

2.5.2 Centralização do Poder e Fragilidade Institucional

Outro desafio central da democracia moçambicana é a centralização do poder nas mãos do partido governante, a FRELIMO. A concentração do poder político e econômico tem criado um ambiente político pouco competitivo e, muitas vezes, autoritário. A FRELIMO, ao longo dos anos, tem reforçado sua posição dominante, dificultando a alternância política e o pluralismo, que são essenciais para o fortalecimento de uma democracia sólida. Chingono (2018) destaca como a falta de autonomia das instituições, incluindo o judiciário e os órgãos

de fiscalização eleitoral, compromete a imparcialidade do sistema político, gerando desconfiança nas eleições e nos processos governamentais. Essa centralização do poder também enfraquece a capacidade do Estado de implementar políticas públicas eficazes, pois as decisões acabam sendo tomadas com base em interesses partidários e pessoais, e não no bem-estar coletivo.

2.5.3 Corrupção e Governança

A corrupção é outro fator que prejudica profundamente a democracia em Moçambique. Como em muitos países em desenvolvimento, a corrupção mina a confiança da população nas instituições e enfraquece a eficácia do governo. A falta de transparência nos processos políticos e a apropriação indevida de recursos públicos dificultam a implementação de políticas públicas e o atendimento das necessidades da população. Przeworski (1999) aponta que a corrupção cria um círculo vicioso que perpetua a desigualdade e a exclusão social, além de prejudicar o funcionamento das instituições democráticas. Em Moçambique, o desvio de recursos e a falta de mecanismos de controle eficazes alimentam a desconfiança popular e enfraquecem o tecido social necessário para uma democracia saudável.

2.5.4 Oposição Política e Pluralismo

A oposição política em Moçambique também enfrenta grandes dificuldades, que limitam o pluralismo e a diversidade política no país. A polarização política entre a FRELIMO e a RENAMO, duas das maiores forças políticas, tem gerado um ambiente de adversarialismo, em que o espaço para um debate construtivo e plural é restrito. Como observa Malaquias (2006), a rivalidade histórica entre essas duas organizações tem enfraquecido a capacidade de desenvolver uma oposição democrática que possa representar de forma eficaz os interesses de diferentes setores da sociedade. Além disso, a marginalização da oposição e a falta de um sistema eleitoral transparente geram um ciclo de exclusão, onde as alternativas políticas são limitadas e a representatividade democrática fica comprometida. A falta de um verdadeiro pluralismo político também impede a inovação nas políticas públicas, criando um sistema político estagnado e pouco receptivo às necessidades da sociedade.

Esses desafios se interligam e reforçam uns aos outros, criando um ciclo vicioso que dificulta a consolidação de um sistema democrático estável e inclusivo em Moçambique. A desigualdade social, a centralização do poder, a corrupção e as dificuldades enfrentadas pela

oposição política são obstáculos significativos para a construção de uma democracia plena. Portanto, é essencial que o país adote reformas políticas e institucionais que abordem esses problemas de forma integrada, promovendo a inclusão social, a transparência, o fortalecimento das instituições e a criação de um espaço político mais aberto e democrático.

2.6 Possíveis Caminhos para o Fortalecimento da Democracia Moçambicana

Para o fortalecimento da democracia moçambicana, é necessário um conjunto abrangente de reformas que abarquem tanto o aspecto institucional quanto o social e econômico. A descentralização do poder, como mencionado por Przeworski (1999), é uma das reformas mais urgentes e essenciais. Ao descentralizar o poder, o governo pode criar um sistema mais inclusivo e participativo, no qual as decisões políticas reflitam melhor as necessidades e realidades das diversas regiões do país, especialmente nas zonas rurais, que frequentemente se sentem marginalizadas. Isso também pode ajudar a diminuir a concentração de poder nas mãos de uma elite política e promover uma maior responsabilidade nos níveis locais, onde a gestão pública pode ser mais transparente e responsiva às demandas da população (Przeworski, 1999).

Além da descentralização, é fundamental que o sistema eleitoral seja reformado para garantir que os processos eleitorais sejam mais transparentes, inclusivos e justos. Reformas no sistema de votação, no registro eleitoral e na fiscalização das campanhas eleitorais podem ajudar a reduzir fraudes e garantir que as eleições sejam livres e justas (Przeworski, 1999). A implementação de uma Comissão Nacional Eleitoral independente e a criação de mecanismos de monitoramento internacional das eleições também podem ser passos importantes para aumentar a credibilidade do sistema eleitoral e garantir que a vontade popular seja refletida nos resultados. A transparência nos processos eleitorais deve ser acompanhada pela garantia de liberdade de imprensa, de forma que os cidadãos possam se informar adequadamente sobre as questões políticas, as candidaturas e os projetos de governo, além de poderem expressar suas opiniões sem medo de retaliação (Held, 2006).

No âmbito institucional, uma reforma no sistema judiciário também é crucial para assegurar a independência e a imparcialidade da justiça. O fortalecimento do poder judiciário e das instituições de fiscalização é vital para combater práticas corruptas e garantir que as leis sejam aplicadas de maneira justa e equitativa a todos os cidadãos, independentemente de sua posição política ou econômica. O sistema judicial precisa ter os recursos necessários para

garantir uma atuação eficaz, especialmente em relação aos crimes de corrupção, que têm sido um dos maiores obstáculos para o bom funcionamento do sistema democrático em Moçambique (Chingono, 2018).

Outro passo essencial seria o investimento em educação cívica e política, de modo a promover uma cidadania mais ativa e consciente. Isso pode ser feito através da inclusão de programas educativos que incentivem a participação política desde as escolas, além de campanhas públicas que informem os cidadãos sobre seus direitos e responsabilidades no processo democrático. A educação cívica pode fortalecer a noção de que o exercício do voto é um dever cívico e uma ferramenta poderosa para moldar o futuro do país (Przeworski, 1999). Ao desenvolver uma cultura de participação política, Moçambique pode garantir que a democracia se enraíze de forma sólida, permitindo que mais cidadãos se envolvam no processo político e se tornem defensores da boa governança.

Finalmente, a luta contra a corrupção deve ser uma prioridade contínua. A corrupção mina a confiança do público nas instituições e perpetua a desigualdade e a injustiça. O fortalecimento das instituições de combate à corrupção, como a Procuradoria Geral da República e a Comissão de Ética, é fundamental para criar um ambiente de maior responsabilidade e transparência. Além disso, é importante que haja uma mudança cultural no país em relação à corrupção, promovendo um compromisso ético e moral tanto entre os governantes quanto entre os cidadãos, para que a cultura da impunidade seja erradicada e um sistema mais justo e equitativo possa ser construído (Rogers, 2016).

Essas reformas, se implementadas de forma eficaz, podem criar uma base sólida para o fortalecimento da democracia moçambicana. Ao garantir a descentralização do poder, a independência das instituições, a transparência nos processos eleitorais, a educação cívica e a luta contra a corrupção, Moçambique pode avançar para um sistema político mais justo, inclusivo e funcional (Held, 2006). O fortalecimento da democracia é um processo contínuo e exige o compromisso de todos os setores da sociedade, desde o governo até os cidadãos, para criar um ambiente de governança mais transparente, responsável e participativo..

CAPÍTULO III

3.1 Considerações finais

A análise dos estudos e fontes consultadas permitiu compreender a complexidade da democracia nas sociedades contemporâneas, com especial enfoque na realidade moçambicana. A partir da comparação com as democracias de outros países, como os Estados Unidos e Portugal, foi possível identificar tanto semelhanças quanto diferenças significativas, principalmente no que se refere à consolidação institucional e aos desafios enfrentados. A democracia em Moçambique, embora tenha avançado desde a independência, ainda enfrenta obstáculos estruturais como a desigualdade econômica, a centralização do poder e a fragilidade das instituições democráticas. A pesquisa evidenciou que, apesar das dificuldades, o fortalecimento das instituições, a promoção da participação cidadã e a transparência nos processos políticos são fundamentais para garantir a estabilidade e o desenvolvimento democrático no país. Portanto, é essencial que o sistema democrático moçambicano busque soluções para esses desafios a fim de garantir uma maior inclusão e uma governança mais eficaz.

Referências bibliográficas

- Chingono, M. (2018). *Governo e democracia em Moçambique: Desafios e perspectivas*. Editora Universitária.
- Dahl, R. A. (1998). *A democracia e suas críticas*. Editora Vozes.
- Held, D. (2006). *Modelos de democracia* (4.^a ed.). Editora Unesp.
- Lipset, S. M. (1994). *Política e sociedade nos Estados Unidos*. Editora Paz e Terra.
- Malaquias, J. (2006). *A história de Moçambique: Do império à democracia*. Editora 10.
- Przeworski, A. (1999). *Democracia e desenvolvimento econômico*. Editora FGV.
- Rogers, C. (2016). *Democracia e desigualdade social: Uma análise de Moçambique*. Editora Atlas.
- Saraiva, A. M. (2015). *Democracia e transição: O caso de Portugal e Moçambique*. Editora Almedina.
- Schumpeter, J. A. (2003). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Editora Record.